



Negociação: crianças brincavam na estrada bloqueada enquanto líderes indígenas conversavam com representantes da Funai e do Ministério Público Estadual (ao fundo)

Índios caingangues liberam a RS-324

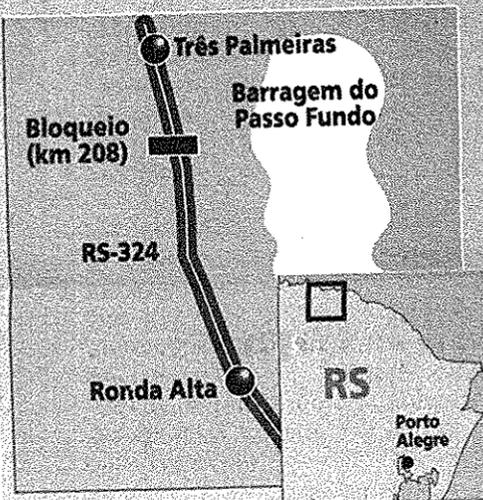
Protesto terminou depois que superintendente da Funai garantiu a entrega de laudos de vistoria de terras no dia 21

CLAUDIO MEDAGLIA JR.
Casa Zero Hora/Passo Fundo

Três Palmeiras – Trinta e quatro horas depois de os índios caingangues terem bloqueado o km 208 da RS-324, em Três Palmeiras, um documento assinado pelo superintendente regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Glênio Alvarez, resolveu o impasse. Bastou um deslocamento de aproximadamente cem quilômetros, de Passo Fundo a Três Palmeiras, para que Alvarez apresentasse a solução esperada pelos índios manifestantes, por agricultores que ocupam propriedades na região da Serrinha e até por caminhoneiros que ficaram retidos com suas cargas no limite entre aquela cidade e Ronda Alta. A Funai garantiu que entregará aos proprietários no dia 21 os laudos de vistoria e de avaliação de benfeitorias feitos há mais de um ano em 127 propriedades rurais na região, para fins de desapropriação. Os agricultores terão quatro dias para analisar o documento e devolvê-lo assinado à Funai. Com o anúncio, a estrada foi liberada às 18h.

A definição da data era tudo que os líderes da comunidade indígena necessitavam para acalmar o grupo, insatisfeito com os sucessivos adiamentos. Ontem, o movimento maior no local era o das famílias de agricultores, ansiosas pelo recebimento dos laudos para que fosse desencadeado o processo de desapropriação. Conforme Odir Bohm, 39 anos, proprietário de uma área de 18 hectares em Engenho Velho, a expectativa pela solução do problema é grande, porque toda a atividade agrícola fica comprometida.

ENTENDA O CASO



* Os índios caingangues que bloquearam a RS-324, entre Três Palmeiras e Ronda Alta, reivindicam o direito a 11,9 mil hectares da região de Serrinha, vendidos pelo Estado há cerca de 35 anos

* Eles querem o cumprimento do cronograma estabelecido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que prometera entregar até 30 de abril o laudo de vistoria e de avaliação de benfeitorias de agricultores na área



Prejuízo: caminhoneiros tiveram de esperar 34 horas pela resolução do impasse

– Não podemos pegar financiamento para investimento na recuperação do solo, já que o Banco do Brasil não libera recursos para áreas em conflito – explica Bohm.

Quem acompanhou tudo de perto foi o prefeito de Três Palmeiras, Nédio Antônio Valduga (PDT). Ele intermediou as negociações entre os índios, o Ministério Público Federal e a Funai, por telefone, pela manhã, antes que o superintendente Glênio Alvarez decidisse ir ao local para contornar o problema. Valduga conversou com o cacique Jorge Vanderlei de Oliveira e com um representante do Ministério Público Estadual, no qual ficou evidente a necessidade de convocar a Funai.

Ao todo, são cerca de 1,5 mil famílias de agricultores na região, todas envolvidas na discussão pela posse das terras. Embora os proprietários das 127 áreas já levantadas torçam pela chegada dos laudos e pela definição da situação do restante do grupo, muita gente descarta a ideia de abandonar o local. Moradores antigos argumentam que seria mais fácil assentar os índios em outra região, em vez de interromper todo o trabalho desenvolvido há anos nos pequenos lotes.

O prejuízo recaiu também sobre dezenas de caminhoneiros que permaneceram parados desde as 9h de segunda-feira. Eles aguardavam para seguir viagem e entregar as encomendas atrasadas. Um exemplo era José Negrão Satter, 37 anos. A carga de 28 toneladas com que partiu de Rosário do Sul tinha de chegar a São José do Rio Pardo hoje.

– Terei de viajar a noite toda – calculava Satter.